



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
as Instituições Financeiras**

Banco Original S.A.

31 de Dezembro de 2016

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 9 . Outros Créditos	20
Nota 10 . Outros Valores e Bens	22
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 12 . Imobilizado de Uso	23
Nota 13 . Intangível	23
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	25
Nota 16 . Outras Obrigações	25
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 18 . Patrimônio Líquido	27
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	28
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 22 . Despesas de Pessoal	29
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	30
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	30
Nota 27 . Resultado não Operacional	30
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 30 . Outras Informações	31
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Banco contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

- . Corporate - que conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;
- . Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados;
- . Pessoa Física - lançamento deste segmento em 27 de março de 2016.

Destaca-se ainda a disponibilidade de Capital e baixo índice de alavancagem que permite ao Banco Original estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Em 2016, continuamos expandindo as atividades nestes segmentos através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco nestes importantes nichos do mercado brasileiro.

● Projeto Digital

O Projeto Banco digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado.

A partir do princípio de criar um banco diferenciado em serviços e qualidade de atendimento, foram feitos investimentos com contratação, treinamentos de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares para construção de um banco 100% digital, utilizando o que há de mais atual em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a abertura de contas e contratação de produtos de forma 100% digital.

● Prêmios e Reconhecimentos

O Banco Original recebeu prêmios e reconhecimentos do mercado pela sua inovação:

- Primeira instituição financeira do país a receber o prêmio global Innovation Awards da Efma & Accenture;
- 100+ Inovadoras no uso de TI pela It mídia na categoria bancos
- 12º Prêmio de Relatório Bancário na categoria CRM: Case – Plataforma de Atendimento;
- 6º Prêmio Líderes do Brasil 2016 na categoria personalidade financeira;
- Prêmio Lide Marketing Promocional;
- Duplamente premiado no Marketing Best com o melhor case de Lançamento de Banco e da Arena Banco Original (evento de música, entretenimento e gastronomia)
- Prêmio efinance 2016 de Inovação no Modelo de Negócio.

● Inovação Tecnológica

O Banco Original apresentou em 27/07/2015 referente ao ano base 2014 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei n.º 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

No dia 29 de janeiro de 2016 o MCTI comunicou ao Banco que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo segundo ano consecutivo, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pelo Banco Original nesse exercício foi de R\$ 21.167.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco Original apresentou lucro no exercício de R\$ 18.467, contra um lucro de R\$ 105.608 apresentado no exercício de 2015.

A queda do resultado era esperada em função do lançamento do Banco Digital, com o início da amortização dos Investimentos realizados e os gastos com a aquisição de clientes Pessoas Físicas e o processamento das operações. Destacamos que nossa meta de aquisição de 100 mil clientes, prevista para os doze primeiros meses de operação, foi superada na metade do tempo e o processo de abertura de conta corrente de forma 100% digital foi realmente disruptivo e consagrou o modelo inovador do Banco Original dentro do cenário financeiro brasileiro.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 8.663.098 (31/12/2015 - R\$ 6.561.170), e é representado principalmente por:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Interfinanceiras	969.963	592.421
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	962.803	764.613
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	5.313.563	4.224.183

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 5.836.324 (31/12/2015 - R\$ 4.599.931) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 248.452 (31/12/2015 - R\$ 126.114), correspondente 4,26 % da carteira expandida.

Diante da deterioração do quadro econômico em 2016, o Banco concentrou seu crescimento de 25% da carteira de operações de crédito basicamente na aquisição de direitos creditórios com a aplicação de uma política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de operações de menor risco e com concentração no curto prazo (média de 45 dias), demonstrados pelos indicadores a seguir:

- 81% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a B;
- 91% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal

Ainda com relação ao desempenho de 2016, destacamos:

- a carteira de direitos creditórios, por ser de menor risco, gera menor margem financeira, mas resulta em menor perda de crédito;
- já as demais carteiras demonstraram um crescimento na despesa com provisão de crédito, decorrente também da deterioração do quadro econômico. Diante dos desafios impostos a empresas e pessoas em virtude de cenário macroeconômico adverso, a administração, de forma conservadora, optou pelo agravamento da classificação de risco de algumas operações do segmento Corporate e Agro.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.096.757 (31/12/2015 - R\$ 2.063.760), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.554	(10.976)
Prejuízos Acumulados	(36.798)	(55.265)

● Expansão dos Negócios

Em 04 de janeiro de 2016 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários. Em dezembro de 2016 foram registradas as primeiras operações na nossa agência das Ilhas Cayman.

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽²⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Dezembro 2016

(2) Abril 2016

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No ano de 2016, foram abertas 289 demandas (31/12/2015 - 59), sendo 10, relativas a Consignados, 278 referente a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica; as demandas foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2016 de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), apresentadas separadamente, sobre as quais emitiremos relatório de auditoria independente separado.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		5.775.940	4.833.066
Disponibilidades	4	41.572	37.638
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	969.963	587.542
Aplicações no Mercado Aberto		886.056	587.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		65.978	-
Aplicações em Moedas estrangeiras		17.929	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	291.668	603.254
Carteira Própria	6.a	184.210	532.338
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	50.076	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	32.727	9.352
Instrumentos Financeiros Derivativos		24.655	61.564
Relações Interfinanceiras	7	1.160	682
Créditos Vinculados:		1.140	667
Depósitos no Banco Central		1.140	667
Correspondentes		20	15
Relações Interdependências	14.d	11.502	2.528
Transferências Internas de Recursos		11.502	2.528
Operações de Crédito	8	1.790.225	2.060.660
Setor Privado		1.934.515	2.149.498
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(144.290)	(88.838)
Outros Créditos		2.652.953	1.508.144
Carteira de Câmbio	9.a	92.455	59.299
Rendas a Receber		2.245	715
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	17.803	46.502
Créditos Tributários	9.b.1	75.843	47.290
Direitos creditórios	9.e	2.336.272	1.323.523
Diversos	9.d	153.638	41.435
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(25.303)	(10.621)
Outros Valores e Bens	10	16.897	32.618
Despesas Antecipadas		16.897	32.618
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.087.057	1.102.820
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	4.879
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	4.879
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	671.135	161.359
Carteira Própria	6.a	274.674	108.993
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	256.352	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	139.402	50.551
Instrumentos Financeiros Derivativos		707	1.815
Operações de Crédito	8	661.374	671.698
Setor Privado		739.453	697.505
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(78.079)	(25.807)
Outros Créditos		689.690	184.341
Direitos creditórios	9.e	202.630	1
Créditos Tributários		189.104	173.360
Diversos	9.d	297.987	10.980
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(31)	-
Outros Valores e Bens	10	64.858	80.543
Outros Valores e Bens		70.742	99.441
(Provisão para Desvalorização)		(5.884)	(18.898)
Permanente		800.101	625.284
Investimentos		66.259	65.940
Participações em Coligadas e Controladas:	11	65.811	65.545
No País		65.811	65.545
Outros Investimentos		448	395
Imobilizado de Uso	12	694.200	105.643
Outras Imobilizações de Uso		751.668	118.281
(Depreciações Acumuladas)		(57.468)	(12.638)
Ativos Intangíveis	13	39.642	453.701
Ativos Intangíveis		47.799	453.701
(Amortização Acumulada)		(8.157)	-
Total do Ativo		8.663.098	6.561.170

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo Circulante		4.163.066	3.185.710
Depósitos	14.a	1.312.943	778.151
Depósitos à Vista		77.952	68.572
Depósitos Interfinanceiros		72.891	2.034
Depósitos a Prazo		1.162.100	707.545
Captações no Mercado Aberto	14.b	390.091	82.419
Carteira Própria		305.428	-
Carteira de Terceiros		84.663	82.419
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.925.274	1.549.663
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.922.851	1.549.663
Certificados de Operações Estruturadas		2.423	-
Relações Interdependências	14.d	31.040	2.867
Recursos em Trânsito de Terceiros		20.909	295
Transferências Internas de Recursos		10.131	2.572
Obrigações por empréstimos	15	104.017	447.875
Empréstimos no Exterior		104.017	447.875
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	95.458	65.717
Outras Instituições		95.458	65.717
Instrumentos Financeiros Derivativos		49.007	40.022
Instrumentos Financeiros Derivativos		49.007	40.022
Outras Obrigações	16	255.236	218.997
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		813	53
Carteira de Câmbio	9.a	5.815	1.644
Sociais e Estatutárias		-	10.000
Fiscais e Previdenciárias	16.a	44.573	61.020
Negociação e Intermediação de Valores		8.185	25.729
Diversas	16.b	195.850	120.550
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.395.720	1.308.778
Depósitos	14.a	1.868.913	631.911
Depósitos a Prazo		1.868.913	631.911
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	485.496	615.874
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		485.496	615.874
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	-	5.098
Outras Instituições		-	5.098
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1.422
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1.422
Outras Obrigações	16	41.311	54.473
Diversas	16.b	41.311	54.473
Resultados de Exercícios Futuros		7.555	2.922
Rendas Antecipadas		7.555	2.922
Patrimônio Líquido	18	2.096.757	2.063.760
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	3.554	(10.976)
Prejuízos Acumulados		(36.798)	(55.265)
Total do Passivo		8.663.098	6.561.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		570.241	1.011.319	992.731
Operações de Crédito	8.g	404.594	680.416	796.219
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	107.122	190.448	205.836
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	52.250	139.915	(49.229)
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	6.275	540	39.905
Despesas da Intermediação Financeira		(349.251)	(602.407)	(585.878)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(341.379)	(616.076)	(356.059)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	(7.872)	13.669	(229.819)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		220.990	408.912	406.853
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(161.531)	(197.045)	(92.884)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		59.459	211.867	313.969
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(360.248)	(529.547)	(199.421)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	21	21.332	32.269	34.699
Despesas de Pessoal	22	(146.996)	(235.173)	(114.981)
Outras Despesas Administrativas	23	(216.163)	(327.794)	(93.056)
Despesas Tributárias	24	(12.498)	(23.040)	(26.936)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(509)	(258)	2.039
Outras Receitas Operacionais	25	7.405	40.256	8.483
Outras Despesas Operacionais	26	(12.819)	(15.807)	(9.669)
Resultado Operacional		(300.789)	(317.680)	114.548
Resultado não Operacional	27	365.371	364.807	651
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		64.582	47.127	115.200
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	(10.917)	24.080	31.908
Provisão para Imposto de Renda		(7.398)	(7.398)	(22.068)
Provisão para Contribuição Social		(6.346)	(6.346)	(15.763)
Ativo Fiscal Diferido		2.827	37.824	69.739
Participações no Lucro		(32.868)	(52.740)	(41.499)
Lucro/ (Prejuízo) do Semestre/ Exercício		20.797	18.467	105.608
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	(43.000)
Lucro Líquido por Ação - em (537.826.073) Ações		0,0387	0,0343	0,1964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Aumento de Capital		-	26.550	-	-	26.550
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(2.783)	-	(2.783)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	105.608	105.608
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(43.000)	(43.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Mutações do Exercício		23.150	3.400	(2.783)	62.608	86.375
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		26.550	(26.550)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	14.530	-	14.530
Lucro Líquido no Exercício		-	-	-	18.467	18.467
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757
Mutações do Exercício		26.550	(26.550)	14.530	18.467	32.997
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	4.694	-	4.694
Lucro Líquido no semestre		-	-	-	20.797	20.797
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757
Mutações do Semestre		-	-	4.694	20.797	25.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre / Exercício		20.797	18.467	105.608
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		230.136	261.776	92.892
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	161.531	197.045	92.884
Carteira de crédito		151.991	182.332	86.550
Outros Créditos		9.540	14.713	6.345
Cessão de créditos		-	-	(11)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(509)	258	(2.039)
Depreciações e Amortizações	23	33.188	43.673	1.855
Ajuste a Valor de Mercado		-	-	22.803
Tributos Diferidos		(2.826)	(37.824)	(69.739)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	26	-	-	2.121
Provisão de Participações no Lucro		32.868	52.740	41.499
Provisão para Desvalorização BNDU	10	5.884	5.884	3.508
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		250.933	280.243	198.500
Variações em Ativos e Passivos				
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(185.683)	269.362	640.942
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(73.137)	(73.465)	7.741
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(227.731)	(209.347)	589.146
		12.132	18.721	(594)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(219.654)	167.472	(893.304)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(1.134.219)	(1.620.575)	(1.023.312)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		83.753	28.699	(25.325)
Aumento (Redução) em Depósitos		1.113.617	1.771.794	850.755
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		257.671	307.672	(29.344)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		193.945	245.233	1.326.930
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(189.505)	(319.215)	(107.241)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(2.555)	(47.628)	(55.065)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	-	555
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		65.250	549.605	839.442
Atividades de Investimento				
Aumento de Investimentos		-	(1.885)	(61.642)
Alienação de Investimentos		642	642	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(49.419)	(75.728)	(64.406)
Aplicações no Intangível		(41.587)	(164.623)	(306.253)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(90.364)	(241.594)	(432.301)
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital		-	-	26.550
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	(43.000)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	-	(16.450)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(25.114)	308.011	390.692
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		958.305	625.180	234.488
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	4	933.191	933.191	625.180
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(25.114)	308.011	390.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Original S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 29 de março de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos com que o Banco Original opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo parte destes com partes relacionadas. Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

No primeiro semestre de 2016, após a publicação da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, o Banco iniciou definitivamente o processo de abertura de conta digital, dessa forma os ativos do intangível foram transferidos para o imobilizado iniciando assim sua depreciação. Os ativos transferidos, são compostos por softwares, hardwares e benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No exercício de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Banco Original possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2016 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobrições a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da administração. Avaliamos que os impactos da adoção da 4.512 não são relevantes.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Total

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	41.572	37.639
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	891.619	587.542
Total	933.191	625.181

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	886.056	-	-	886.056	587.542
Posição Bancada	802.040	-	-	802.040	504.302
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	419.986	-	-	419.986	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.000	-	-	15.000	384.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	367.054	-	-	367.054	119.303
Posição Financiada	84.016	-	-	84.016	83.240
Letras do Tesouro Nacional - NTN	84.016	-	-	84.016	83.240
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.563	60.415	-	65.978	4.879
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	5.563	-	-	5.563	4.879
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc. Crédito Rural	-	60.415	-	60.415	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929	-
Aplicação prazo fixo	-	17.929	-	17.929	-
Total	891.619	78.344	-	969.963	592.421
Circulante				969.963	587.542
Longo Prazo				-	4.879

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	12.627	(3)	12.624	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	24.930	21.531	46.461	67.129
Total Carteira Própria	37.557	21.528	59.085	67.129
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	100.992	(36)	100.956	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	100.992	(36)	100.956	-

(1) Ações com a JBS

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.844	625	20.469	75.104
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.647	924	50.571	42.216
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	218.031	1.208	219.239	125.194
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior	-	-	-	328.650
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.989	23	3.012	3.038
Debêntures ⁽²⁾	51.109	1.062	52.171	-
Nota Promissória	54.383	(46)	54.337	-
Total Carteira Própria	396.003	3.796	399.799	574.201
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	148.953	1.007	149.960	-
Títulos Privados				
Debêntures	55.410	102	55.512	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	204.363	1.109	205.472	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	58.903	1.855	60.758	50.551
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	111.330	41	111.371	9.352
Total Vinculados a prestação de garantias	170.233	1.896	172.129	59.903

a.2) Classificação e Vencimento

	31/12/2016			31/12/2015	
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	12.624	12.624	-
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	46.461	-	-	46.461	67.129
Total Carteira Própria	46.461	-	12.624	59.085	67.129
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	100.956	100.956	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	-	100.956	100.956	-
Circulante					
Longo Prazo				46.461	67.129
				100.956	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/12/2016	31/12/2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	20.469	20.469	75.104
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	50.570	50.570	42.216
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	31.564	187.676	219.240	125.194
Aplicação em tít. e valores mobiliários no Exterior	-	-	-	-	328.650
Total Títulos Públicos	-	31.564	258.715	290.279	571.164
Títulos Privados					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	3.012	3.012	3.038
Debêntures ⁽²⁾	-	51.848	323	52.171	-
Nota promissória	-	54.337	-	54.337	-
Total Títulos Privados	-	106.185	3.335	109.520	3.038
Total Carteira Própria	-	137.749	262.050	399.799	574.202
Circulante				137.749	462.171
Longo Prazo				262.050	112.031
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	50.076	99.884	149.960	-
Total Títulos Públicos	-	50.076	99.884	149.960	-
Títulos Privados					
Debêntures ⁽²⁾	-	-	55.512	55.512	-
Total Títulos Privados	-	-	55.512	55.512	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	50.076	155.396	205.472	-
Circulante				50.076	-
Longo Prazo				256.352	-
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	60.758	60.758	50.551
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	32.727	78.644	111.371	9.352
Total Vinculados a prestação de garantias	-	32.727	139.402	172.129	59.903
Circulante				32.727	9.352
Longo Prazo				139.402	50.551

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a, seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a		
	2º Semestre	31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	59.450	110.493	82.502
Resultado de Títulos de Renda Fixa	34.991	58.625	73.527
Resultado de Títulos de Renda Variável	4.544	(5.308)	7.207
Resultado de Títulos no Exterior	8.137	26.638	42.601
Total	107.122	190.448	205.836

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às as necessidades de dos clientes, ; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

Carteira Trading - dez/2016		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/15
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	8.363	47	1.274
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	26	-	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	25	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.862	270	2178
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	248	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.314	14.474	10.432
Exposição com Correlação		18.291	14.033	10.623

Carteira Banking - dez/2016		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	dez/15
Risco de Taxa de Juros		29.449	27.123	56.661

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	21.469	22.118	1.566.553	63.238	42.911	3.190.629
Pré-Fixado	21.221	21.988	766.066	27.446	2.115	2.536.589
Dólar	248	130	800.487	35.792	40.796	654.040
Passivo	(42.511)	(48.687)	(1.566.553)	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)
Pré-Fixado	(42.400)	(48.604)	(800.487)	(11.781)	(6.293)	(654.040)
Dólar	(111)	(83)	(762.622)	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)
Euro	-	-	(3.444)	-	-	-
Diferencial Líquido	(21.042)	(26.569)	-	49.331	9.261	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	1.401	3.191	91.724	16.543	20.491	472.553
Pré-Fixado	123	1.271	41.702	38	-	41.702
Dólar	861	1.274	25.063	16.373	20.016	335.878
CDI	417	646	24.959	132	475	94.973
Passivo	(121)	-	(91.724)	(5.478)	(7.816)	(472.553)
Pré-Fixado	(68)	-	(26.216)	-	-	(327.939)
Dólar	-	-	(23.806)	(5.211)	(6.322)	(93.195)
CDI	(53)	-	(41.702)	(267)	(1.494)	(51.419)
Diferencial Líquido	1.280	3.191	-	11.065	12.675	-
Opções						
Posição Passiva	-	(10)	(3.500)	-	-	-
Futuro Dólar	-	(10)	(3.500)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(10)	(3.500)	-	-	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	53	4.070	-	-	-
Dólar	-	53	4.070	-	-	-
Posição Passiva	-	(310)	(4.070)	-	-	-
Dólar	-	(310)	(4.070)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(257)	-	-	-	-

	31/12/2016			31/12/2015	
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial Mercado
Resumo					
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(21.042)	(5.527)	(26.569)	1.566.553	9.261
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	1.280	1.911	3.191	91.724	12.675
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	(10)	(10)	3.500	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(257)	(257)	4.070	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-
Total	(19.762)	(3.883)	(23.645)	1.665.847	21.936
					15.200.846

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	5.319	(31.888)	-	(26.569)	9.261
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	1.364	1.120	707	3.191	5.018
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(10)	-	-	(10)	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(257)	-	(257)	-
Total	6.673	(31.025)	707	(23.645)	14.279
Valores Referenciais dos Futuros*					
DI	719.212	509.308	348.735	1.577.255	7.568.239
Dólar	598.324	-	1.766	600.090	2.395.960
DDI	226.638	1.501.824	175.132	1.903.594	1.573.466
Euro	3.436	-	-	3.436	-
Total	1.547.610	2.011.132	525.633	4.084.375	11.537.665

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 9.618 ativo (31/12/2015 - R\$ 20.774 ativo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 172.129 (31/12/2015 - R\$ 59.903) este representado por LTN R\$ 60.758 e NTN B R\$ 111.371. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			2º Semestre		01/01 a		01/01 a 31/12/2015	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	
NDF	125.942	(124.836)	1.106	421.362	(292.429)	128.933	(875.882)	
"Swap"	12.753	(11.048)	1.705	12.612	(84.675)	(72.063)	123.390	
Opções	1.458	(46)	1.412	1.458	(46)	1.412	(2.206)	
DI	24.648	(14.470)	10.178	37.038	(45.865)	(8.827)	21.724	
DDI	57.023	(31.708)	25.315	332.610	(66.812)	265.798	(24.300)	
BGI	89	(44)	45	89	(1.375)	(1.286)	35	
Moedas	28.611	(9.067)	19.544	50.023	(208.903)	(158.880)	723.513	
Índice	1.667	(134)	1.533	1.671	(166)	1.505	-	
Milho	54	(48)	6	54	(48)	6	-	
S&P	-	(879)	(879)	-	(879)	(879)	-	
Dólar	-	(7.752)	(7.752)	-	(15.839)	(15.839)	(15.503)	
Derivativos	164	(127)	37	204	(169)	35	-	
Total	252.409	(200.159)	52.250	857.121	(717.206)	139.915	(49.229)	

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 1.160 ativo (31/12/2015 - R\$ 682 ativo) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Títulos Descontados	1.350.081	1.444.572
Adiantamentos a Depositantes	-	90
Empréstimos	1.350.081	1.444.482
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	379.198	378.006
Capital de Giro	825.335	912.301
Conta Corrente Garantida	100.446	144.267
Empréstimo Consignado	2.315	8.852
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	45	108
Cheque Especial	13.874	685
Empréstimo Rotativo	14.884	247
Crédito Pessoal	5.371	-
Outros empréstimos	8.613	16
Títulos Descontados	-	71.432
Financiamentos	920.277	1.142.802
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	920.277	1.142.802
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	93.755	66.708
Financiamentos Imobiliários	155.409	119.397
Operações de crédito vinculadas a Cessão (Nota 8 f.1)	154.445	2.091
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	91.394	52.457
Direitos Creditórios (Nota 9.d)	2.538.902	1.323.524
Outros créditos	9.300	1.200
Sub-Total	5.313.563	4.224.183
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(222.369)	(114.645)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.334)	(10.621)
Total	5.065.860	4.098.917
Circulante	4.404.486	3.427.219
Longo Prazo	661.374	671.698

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31/12/2016	31/12/2015
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Setor Privado				
Rural	91.242	839.112	386.008	1.316.362	1.362.984
Indústria	74.126	684.104	395.209	1.153.439	752.026
Financeiro		1.244	-	1.244	74.709
Outros Serviços	59.903	2.486.217	161.182	2.707.302	2.015.164
Pessoas Físicas	17.179	112.152	5.885	135.216	19.300
Total	242.450	4.122.829	948.284	5.313.563	4.224.183

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	Provisões	31/12/2016		31/12/2015	
				% das Provisões	Valor	% da Carteira	
10 Maiores Devedores	1.191.768	22%	79.163	32%	836.966	20%	
50 Maiores Devedores Seguintes	1.394.597	26%	91.045	37%	1.257.252	30%	
100 Maiores Devedores Seguintes	783.734	15%	24.079	10%	753.200	18%	
Demais Devedores Seguintes	1.943.464	37%	53.416	21%	1.376.764	33%	
Total	5.313.563	100%	247.703	100%	4.224.183	100%	

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2016
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão
	Mínima Requerida				Requerida
AA	0,0%	1.234.223	-	1.234.223	-
A	0,5%	2.313.049	93	2.313.142	11.567
B	1%	747.822	16.762	764.584	7.659
C	3%	333.636	25.293	358.929	10.800
D	10%	91.451	69.512	160.963	16.275
E	30%	135.229	236.692	371.921	111.576
F	50%	658	35.804	36.462	18.231
G	70%	1.142	4.671	5.813	4.069
H	100%	3.184	64.342	67.526	67.526
Total		4.860.394	453.169	5.313.563	247.703

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão
	Mínima Requerida				Requerida
AA	0,0%	436.131	-	436.131	-
A	0,5%	2.361.327	-	2.361.327	11.807
B	1%	943.997	17.525	961.522	9.615
C	3%	226.163	12.587	238.749	7.162
D	10%	34.114	73.660	107.774	10.777
E	30%	37.929	2.349	40.278	12.084
F	50%	2.480	4.867	7.347	3.674
G	70%	34	2.988	3.022	2.115
H	100%	1.555	66.477	68.032	68.032
Total		4.043.730	180.453	4.224.183	125.266

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	114.645	32.738
Constituição Líquida de Reversão	182.332	86.550
Baixa para Prejuízo	(74.608)	(4.643)
Saldo Final ⁽¹⁾	222.369	114.645
Circulante	(144.290)	(88.838)
Longo Prazo	(78.079)	(25.807)
Créditos Recuperados ⁽²⁾	29.236	15.003

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	10.621	4.276
Constituição Líquida de Reversão	14.713	6.345
Saldo Final	25.334	10.621
Circulante	(25.303)	10.621
Longo Prazo	(31)	-

No exercício de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 283.382 (31/12/2015 - R\$ 174.654), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2016 é de R\$ 61.148 (31/12/2015 - R\$ 26.085), relativo as operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	-	11
Constituição Líquida de Reversão	-	(11)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	-

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios realizados no primeiro semestre foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 36.747 conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	19.505	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	17.242	-
Total da venda ⁽³⁾	36.747	-

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 17.242 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco realizou em 2015 operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros em que ocorreu a retenção substancial dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	30/06/2015
Carteira Cedida com coobrigação	-	41.033
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	1.115
Total (Nota 16.b)	-	42.148

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	30/06/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	42.101
Total (Nota 8.a)	-	42.101

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	811	1.249	30
Rendas de Empréstimos	300.436	444.340	307.222
Rendas de Títulos Descontados	16.917	55.100	23.782
Rendas de Financiamentos	83.630	154.734	461.832
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	5.258	29.236	15.003
Resultado com Cessão de Créditos sem Coobrigação	-	264	-
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(130)	(258)	(5.652)
Perdas com Créditos Incobráveis	(2.328)	(4.249)	(5.998)
Total	404.594	680.416	796.219

(1) No exercício de 2016 o montante de R\$ 17.242 refere-se a recuperação de crédito baixado para prejuízo pela cessão de crédito Nota 8.f.1

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Estrangeira Recebidos	(4.888)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	898	1.638
Câmbio Comprado a Liquidar	95.342	56.708
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.103	953
Total	92.455	59.299
Circulante	92.455	59.299
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(895)	(1.644)
Obrigações por Compra de Câmbio	(95.211)	(51.504)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	90.291	51.504
Total	(5.815)	(1.644)
Circulante	(5.815)	(1.644)

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.103 (31/12/2015 - R\$ 953) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 90.291 (31/12/2015 - R\$ 51.504) compõe o saldo de R\$ 91.394 (31/12/2015 - R\$ 52.457) divulgado na nota 8.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de câmbio	63.845	147.744	409.952
Despesas de câmbio	(57.570)	(147.204)	(370.047)
Total	6.275	540	39.905

b) Créditos Tributários

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	220.650	156.475
Constituições	155.582	131.769
Reversões	(111.285)	(67.594)
Saldo Final	264.947	220.650
Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a		
Saldo Inicial	4.133	13.610
Constituições	11.740	83.067
Reversões	(1.068)	(92.545)
Saldo Final	14.805	4.133

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo Fiscal	200.186	198.099
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	50.046	49.525
Base Negativa de Contribuição Social	203.613	202.075
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	40.723	40.415
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	231.724	115.493
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	25.334	10.621
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.621	18.752
Provisão para Contingências Cíveis	20.689	33.759
Provisão para Despesas Administrativas	48.002	45.228
Provisão PLR - Administradores	20.766	18.510
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	5.884	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	14.324
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	4.580
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(879)
Perdas em Operações de Crédito	4.028	4.227
Outras Diferenças Temporárias	10.014	4.626
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	387.063	288.138
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	387.063	288.138
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	96.766	72.035
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	77.413	57.628
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	4.580
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	17.957
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	-	22.537
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	-	1.048
Total do Ativo Fiscal Diferido	264.947	220.650
Circulante	75.843	47.290
Longo Prazo	189.104	173.360

(1) Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	17.908	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.776	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.148)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.691
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(300)	(404)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	29.684	8.287
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.421	2.072
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	5.937	1.657
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	17.908	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.776	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.691
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	31.132	8.691
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	1.448	404
Total do Passivo Fiscal Diferido	14.806	4.133
Circulante	14.806	4.133
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016	-	-	-	47.290	4.133	43.157
2017	75.843	(14.806)	61.037	82.006	-	82.006
2018	101.788	-	101.788	79.659	-	79.659
2019	42.956	-	42.956	6.833	-	6.833
A partir de 2020	43.988	-	43.988	2.583	-	2.583
A partir de 2021	372	-	372	2.279	-	2.279
Total	264.947	(14.806)	250.141	220.650	4.133	216.517

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 211.937 (31/12/2015 - R\$ 183.567).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	6.808	33.681
Devedores por Depósitos em Garantia	10.507	10.980
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	1.858
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	5.729	2.344
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	4.778	6.778
Adiantamentos Salariais/Outros	8.209	5.300
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	9.300	1.200
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.c)	37	-
Valores a receber venda da marca (Nota 30.e)	411.311	-
Outros	5.453	1.254
Total	451.625	52.415
Circulante	153.638	41.435
Longo Prazo	297.987	10.980

e) Direitos Creditórios

	31/12/2016	31/12/2015
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	2.538.902	1.323.524
Total	2.538.902	1.323.524
Circulante	2.336.272	1.323.523
Longo Prazo	202.630	-

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", está contabilizado o montante de R\$ 1.809.623, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 31 de dezembro de 2015 R\$ 1.187.930

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2016	31/12/2015
Bens não de Uso - Imóveis	70.742	99.441
(Provisão para Desvalorização)	(5.884)	(18.899)
Despesas Antecipadas	16.897	32.618
Total	81.755	113.161
Circulante	16.897	32.618
Longo Prazo	64.858	80.543

11. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		31/12/2016
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação
Controladas			
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	59.494.050	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.448.550	99,90%
Original App Ltda	Desenvolvimento/Telemarketing/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio	Lucro	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
	Líquido Ajustado	Líquido/(Prejuízo)					
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	2º semestre	01/01 a 31/12/2015
Controladas do Banco							
Original Asset Management Ltda.	59.025	3.211	62.230	55.019	3.211	1.910	2.155
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.570	(858)	712	1.120	(857)	(617)	109
Picpay Serviços S.A. ⁽¹⁾	4.125	(3.267)	-	8.993	(2.068)	(1.462)	(228)
Original App Ltda.	3.413	(544)	2.869	413	(544)	(340)	3
Total	68.133	(1.458)	65.811	65.545	(258)	(509)	2.039

(1) Investimento alienado em dez/16 para partes relacionadas pelo valor contábil, não gerando resultado na alienação.

12. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.123	(4.719)	30.404	9.561
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	715.091	(51.679)	663.412	95.676
Sistemas de Segurança e Comunicações	840	(518)	322	380
Outros	614	(552)	62	26
Total	751.668	(57.468)	694.200	105.643

	Custo	Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.123	(4.719)	30.404	9.561
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	715.091	(51.679)	663.412	95.676
Sistemas de Segurança e Comunicações	840	(518)	322	380
Outros	614	(552)	62	26
Total	751.668	(57.468)	694.200	105.643

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.561	17.810	5.750	(2.718)	30.403
Sistemas de Processamento de Dados	95.676	57.987	551.908	(42.159)	663.412
Sistemas de Segurança e Comunicações	380	(131)	-	72	321
Outros	26	63	-	(25)	64
Total	105.643	75.729	557.658	(44.830)	694.200

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição/ Baixa	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 31/12/2016
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.561	17.810	5.750	(2.718)	30.403
Sistemas de Processamento de Dados	95.676	57.987	551.908	(42.159)	663.412
Sistemas de Segurança e Comunicações	380	(131)	-	72	321
Outros	26	63	-	(25)	64
Total	105.643	75.729	557.658	(44.830)	694.200

(1) Com o lançamento do Banco Digital e a emissão da Resolução nº 4.480 de 25 de abril de 2016 que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico os ativos antes classificados como intangível na fase de desenvolvimento do projeto foram avaliados e reclassificados para o imobilizado em suas respectivas rubricas no montante de R\$ 557.658 e a depreciação gerada foi de R\$ (44.830).

13. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	47.799	(8.157)	39.642	321.217
Gastos com Consultoria Especializada	-	-	-	132.484
Total	47.799	(8.157)	39.642	453.701

	Custo	Amortização	31/12/2016	31/12/2015
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	47.799	(8.157)	39.642	321.217
Gastos com Consultoria Especializada	-	-	-	132.484
Total	47.799	(8.157)	39.642	453.701

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento	321.217	106.712	(380.130)	(8.157)	39.642
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	45.044	(177.528)	-	-
Total	453.701	151.756	(557.658)	(8.157)	39.642

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 31/12/2015
Gastos com Desenvolvimento	321.217	106.712	(380.130)	(8.157)	39.642
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	45.044	(177.528)	-	-
Total	453.701	151.756	(557.658)	(8.157)	39.642

(1) Nota 12.b

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
					Total	Total
Depósitos à Vista	77.952	-	-	-	77.952	68.572
Depósitos Interfinanceiros	-	12.557	60.334	-	72.891	2.034
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	356.692	805.408	1.868.913	3.031.013	1.339.456
Total	77.952	369.249	865.742	1.868.913	3.181.856	1.410.062
Circulante					1.312.943	778.151
Longo Prazo					1.868.913	631.911

(1) Os depósitos a Prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 198.697 (31/12/2015 - R\$ 100.721), CDB no montante de R\$ 2.832.317 (31/12/2015 - R\$ 1.136.830) em 31.12.2016 o Banco não possuía saldo em DPGE (31/12/2015 R\$ 101.904).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (31/12/2015 - 95% e 120% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,89% a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2015 - 12,7% a.a. e 19,45% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101% a 106% do CDI (31/12/2015 - 113% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2° Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	(995)	(3.173)	(11.932)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(183.264)	(300.577)	(137.263)
Captação no Mercado Aberto	(6.710)	(8.581)	(6.437)
LCA	(76.147)	(191.196)	(160.511)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.573)	(6.900)	(5.839)
Despesas de Letras Financeiras	(15.925)	(26.847)	(9.420)
Despesas de Letras Imobiliárias	(54.535)	(78.534)	(24.657)
Despesa com operação estruturada- COE	(230)	(268)	-
Total	(341.379)	(616.076)	(356.059)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Carteira Própria	305.428	-	-	305.428	-
Títulos Públicos - LTN	250.041	-	-	250.041	-
Outros	55.387	-	-	55.387	-
Carteira de Terceiros	84.663	-	-	84.663	82.419
Títulos Públicos - NTN B	84.663	-	-	84.663	82.419
Total	390.091	-	-	390.091	82.419
Circulante				390.091	82.419
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	489.564	417.164	154.830	1.061.558	1.773.170
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	266.194	635.727	228.912	1.130.833	273.112
Letras Financeiras- LF	33.252	80.950	101.754	215.956	119.256
COE (Captação de operação estruturada)	145	2.278	-	2.423	-
Total	789.155	1.136.119	485.496	2.410.770	2.165.537
Circulante				1.925.274	1.549.663
Longo Prazo				485.496	615.874

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 89% e 104% do CDI (31/12/2015 - 88% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,78% a.a. e 16,62% a.a. (31/12/2015 - 8,9% a.a. e 17% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 87% a 102,60% do CDI (31/12/2015 - 88% e 103% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, (31/12/2015 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 19.538 passivo (31/12/2015 - R\$ 2.572).

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Funcafé - FAC	3.156	52.325	-	55.481	33.232
Funcafé - Estocagem	12.598	21.974	-	34.572	23.932
Funcafé - Capital de Giro	2.703	2.702	-	5.405	13.650
Total	18.457	77.001	-	95.458	70.815
Circulante				95.458	65.717
Longo Prazo				-	5.098

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	(5.519)	17.860	(227.329)
Despesas De Obrigacoes Com Banqueiros No Exterior	(700)	(1.102)	(670)
Despesas De Repasses - Outras Instituicoes Oficiais	(1.653)	(3.089)	(1.820)
Total	(7.872)	13.669	(229.819)

(1) O efeito credor refere-se a variação cambial do semestre.

15. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	51.442	52.575	-	104.017	86.366
Obrigações para empréstimos no exterior	-	-	-	-	361.509
Total	51.442	52.575	-	104.017	447.875
Circulante				104.017	447.875
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. à 4,50% a.a.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.824	1.956
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.302	9.317
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	6.450
I.R.- s/ operações de renda variável	-	636
I.R.- s/ operações de renda fixa	282	77
IOF - Capital de Giro	183	458
Outros	2.432	162
Provisão para Imposto de Renda	7.398	22.068
Provisão para Contribuição Social	6.346	15.763
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	14.806	4.133
Total	44.573	61.020
Circulante	44.573	61.020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	20.622	18.752
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	20.689	33.759
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	3	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	94.847	85.049
Despesas de Pessoal	89.797	19.331
Outras Despesas Administrativas	1.755	574
Outros Pagamentos	3.295	65.144
Consignados	-	1
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	14.131	15.243
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	11	342
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	268	281
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	7.471
Recuperação de Crédito	46	133
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	773
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	85.022	11.032
Provisão para Fianças	749	-
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 8.f.1)	-	2.187
Total	237.161	175.023
Circulante	195.850	120.550
Longo Prazo	41.311	54.473

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 10.d.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	18.752	20.874
Constituição	9.104	7.045
Atualização Monetária	3.506	1.408
Reversão	(10.740)	(10.575)
Saldo Final	20.622	18.752

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.730 (31/12/2015 - R\$ 2.344).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Banco contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	33.759	28.594
Constituição	-	5.222
Atualização Monetária	1.708	1.328
Reversão	(14.778)	(1.385)
Saldo Final	20.689	33.759

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.778 (31/12/2015 - R\$ 6.778).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Processos Trabalhistas	2.556	4.381
Processos Cíveis	30.557	30.004
Total	33.113	34.385

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2015 - R\$ 2.103.451) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451

O Capital social de R\$ 26.550 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 2016.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ 3.554, (31/12/2015 R\$ (10.976))

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos (31/12/2015 R\$43.000)

c.1) Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva estatutária.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Banco, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência Nível I	1.837.621	1.956.339
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.837.621	1.956.339
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	9.139.736	6.821.406
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	1.240.323	5.850.627
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	555.151	495.803
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.344.262	474.976
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	20,1%	28,7%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 22,9%.

Em 2016 e 2015 o Banco Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 46.031 (R\$ 50.186 – 2015).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam R\$ 96 (R\$ 18 -2015).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

b) Plano de Saúde

O Banco Original é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde ,programas de assistência a saúde , campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem- estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 486 (31/12/2015 - R\$ 100).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2015	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	46.461	67.129	21.531	7.207
JBS S.A. (JBS)	46.461	67.129	21.531	7.207
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	410.309	-	-	-
J&F Investimentos S.A.(Nota 30.e)	410.271	-	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	32	-	-	-
Original APP Ltda	6	-	-	-
Depósito a Vista	(11.482)	(13.067)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(128)	(160)	-	-
J&F Participações Ltda.	(46)	(48)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(11)	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(6)	-	-
Original Asset Management Ltda	(65)	(13)	-	-
Seara Alimentos Ltda	(9.943)	(2.409)	-	-
Vigor Alimentos S.A	(971)	(578)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(71)	(7.498)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(1)	(2.353)	-	-
Original APP Ltda	(1)	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(178)	-	-	-
Promotora (JBS)	(65)	(2)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	-	(1.930)	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	(1.930)	-
Depósito a Prazo	(338.998)	(103.753)	(18.157)	(8.449)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(15.789)	(6.655)	(332)	(1.065)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(9.959)	(4.441)	(221)	(711)
JBS S.A. (JBS)	(61.831)	(22.196)	(3.543)	(1.196)
Original Asset Management Ltda	(30.238)	(42)	(2.021)	(2)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	(637)	-	(20)
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(334)	-	(23)
Picpay Serviços Ltda ME	(33)	(1.129)	(2)	(56)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(70.274)	-	(274)	-
J&F Participações Ltda.	(28.961)	(25.518)	(3.852)	(2.778)
J&F Investimentos S.A.	(1.381)	(267)	(1)	-
Seara Alimentos Ltda	(60.385)	(15.136)	(2.385)	(136)
Vigor Alimentos S.A	(57.442)	(21.645)	(5.296)	(2.199)
Original APP Ltda	(2.665)	(5.753)	(223)	(263)
Outros ⁽¹⁾	(40)	-	(7)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	(84.663)	(82.419)	(6)	(8.969)
Captação no Mercado Aberto				
Banco Original do Agronegócio S.A.	(84.663)	(82.419)	(6)	(8.969)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos				
Original Asset Management Ltda	-	(171)	-	(9)
JCP a Pagar				
J&F (Nota 19.c)	-	(43.000)	-	(43.000)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas				
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	-	(3.720)	-	-
J&F	-	(3.751)	-	-

(1) Pessoas Físicas Ligadas

(2) Refere-se a capital a integralizar.

Demais transações

Cessão de Crédito: Foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para a J&F investimentos, no montante de R\$ 36.747.(Nota 8.f)

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.809.623 (31.12.2015- R\$ 1.187.930), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A.(Nota 10.e)

Alienação de Investimentos: Em dezembro de 2016 a empresa Pic Pay Serviços S.A., controlada pelo Banco Original S.A., foi vendida para a J&F Investimentos S.A. pelo seu valor contábil, não gerando resultado pela sua alienação.(Nota 11)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços será baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado se dará em 2017 quando iniciada a prestação dos serviços.

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Cobrança e Arrecadações	2.448	4.442	1.812
Tarifas e serviços bancários	661	676	54
Renda de garantia prestada	2.547	4.908	7.497
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	9.218	11.928	18.885
Serviço de recebimento e envio de valores	3.156	6.136	5.840
Outras	3.302	4.179	611
Total	21.332	32.269	34.699

22. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	(100.392)	(161.156)	(79.234)
Encargos	(30.529)	(49.462)	(23.974)
Benefícios	(15.221)	(23.048)	(10.664)
Outras	(854)	(1.507)	(1.109)
Total	(146.996)	(235.173)	(114.981)

23. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(27.396)	(52.131)	(25.271)
Depreciações e Amortizações	(33.188)	(43.673)	(1.855)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(62.707)	(91.744)	(9.713)
Comunicações	(1.181)	(1.829)	(873)
Processamento de Dados	(46.009)	(65.960)	(13.797)
Aluguéis	(6.206)	(11.428)	(7.436)
Transportes e Viagens	(2.879)	(6.293)	(4.416)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.960)	(3.569)	(1.865)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.148)	(4.050)	(2.560)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(14.226)	(20.726)	(8.860)
Água, Energia e Gás	(736)	(1.549)	(1.168)
Material	(413)	(758)	(691)
Despesas Legais e Jurídicas	(775)	(1.939)	(1.864)
Despesas com registros de títulos e documentos	(1.079)	(2.095)	(1.130)
Amortização projeto	(8.157)	(8.157)	-
Indenizações Judiciais diversas	(1.133)	(1.640)	(1.535)
Outras despesas administrativas	(5.970)	(10.253)	(10.022)
Total	(216.163)	(327.794)	(93.056)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

24. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesa com COFINS	(9.302)	(17.273)	(20.191)
Despesa com ISS	(1.104)	(1.668)	(1.608)
Despesa com PIS/Pasep	(1.512)	(2.807)	(3.281)
IOF	(46)	(58)	(23)
Tributos Estaduais	(293)	(413)	(941)
Outras ⁽¹⁾	(241)	(821)	(892)
Total	(12.498)	(23.040)	(26.936)

(1) Taxas e outros tributos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	469	661	772
Atualização de Impostos a Compensar	164	2.781	1.260
Recuperação de Encargos e Despesas	693	1.259	2.399
Reversão de Provisões Operacionais	-	566	-
Reversão de Provisões Trabalhistas ⁽¹⁾	-	-	2.121
Reversão de Provisões Cíveis	5.400	13.069	-
Incentivo Fiscal ⁽²⁾	-	21.167	-
Reversão provisão Recursos Legais	-	-	1.761
Outras receitas operacionais	679	753	170
Total	7.405	40.256	8.483

(1) Em 2016 foram classificadas na rubrica "Outras Despesas Operacionais"

(2) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

26. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Provisões Operacionais	(2.738)	(1.869)	(5.165)
Trabalhistas	(2.738)	(1.869)	-
Cíveis ⁽¹⁾	-	-	(5.165)
Despesas com Cartão de Crédito	(85)	(85)	-
Indenizações trabalhistas	(449)	(2.084)	(4.103)
Despesas com Variação cambial	(7.865)	(7.865)	-
Outras	(1.682)	(3.904)	(401)
Total	(12.819)	(15.807)	(9.669)

(1) em 2016 está classificado na rubrica "Outras Receitas Operacionais".

27. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Ganho de venda de BNDU	-	-	550
Lucro na Alienação de Valores e Bens	(347)	(594)	-
Ganhos/Perdas de Capital	-	(317)	-
Reversão Provisão BNDU	-	-	97
Receita Cessão de Domínio e Marca (Nota 30.e)	365.718	365.718	4
Total	365.371	364.807	651

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	(5.613)	30.700
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(36)	(2.039)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(46.666)	(42.799)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(46.709)	(57.083)
Base de cálculo - CSLL	(52.315)	(14.138)
Base de cálculo - IRPJ	(52.358)	(28.423)
CSLL - 20%	10.463	23.682
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	13.617	8.226
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	24.080	31.908
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	24.080	31.908

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Banco. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou a inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Banco é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco Original, mediante comissão, montam em R\$ 332.369 (31/12/2015 - R\$ 309.331), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 749 (31/12/2015 - R\$ 848).

	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	191.652	-	222.514	337
Locação	24.083	123	30.871	193
Confissão de Dívida	43.585	23	-	-
Prest. Serviço	10.478	53	8.348	42
Trabalhista	2.571	-	-	-
Banco (Financiamento)	50.000	500	7.598	76
BM&F	10.000	50	40.000	200
	332.369	749	309.331	848

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 54 (31/12/2015 - R\$ 1.225), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (31/12/2015 - R\$ 89). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Banco é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2016, o Banco atende todos os índices financeiros.

e. Cessão de marca e domínio

O Banco Original, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais, da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A.(Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios : www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties para a J&F.

Os impactos contábeis pela venda da marca foram:

	R\$
Preço à Vista da Marca e Domínios	422.000
Custo Contábil da Marca e Domínios	(564)
Ganho Apurado	<u>421.436</u>
Realização das Despesas de Marketing	(56.760)
Reconhecimento da Correção CDI	1.042
Total (Nota 28)	<u>365.718</u>

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2016.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 7 vezes no 2º semestre 2016 (13 vezes no ano 2016) e fez 34 reuniões (69 no ano 2016) com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2016.

O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do segundo semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária (1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2016 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31.12.2016.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Comitê de Auditoria
Marcelo Habice da Motta
Miguel Burgos Neto
Sandoval Martins